



CIDADE

TCE cobra explicações da prefeitura sobre contratos do tapa-buraco de Campo Grande

Prefeitura tem dois dias para informar como pretende evitar a interrupção dos serviços



Sarah Chaves

01 de julho de 2026 - 13h37





A notificação foi expedida pelo conselheiro Osmar Domingues Jeronymo - Mary Vasques/TCE-MS

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) notificou a prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes (PP), para explicar quais medidas estão sendo adotadas para garantir a continuidade dos serviços de tapa-buracos diante do vencimento dos contratos de manutenção asfáltica da Capital. O prazo para resposta é de dois dias úteis, e o município deverá apresentar as providências para evitar a paralisação dos reparos.

A notificação foi expedida nesta quarta-feira (1º) pelo conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, relator das contas do município. O documento aponta que os contratos da Concorrência nº 5/2022, responsáveis pela manutenção do pavimento e recomposição da capa asfáltica nas regiões do Anhanduizinho, Bandeira, Centro, Imbirussu, Lagoa, Prosa e Segredo, vencem nos dias 24 e 31 de julho.

A cobrança do TCE ocorre em um momento de forte pressão sobre a administração municipal. Reportagens recentes mostraram que quatro das



sete regiões da cidade já tiveram os serviços interrompidos após o esgotamento dos contratos, aumentando as reclamações de moradores e motoristas. Com as chuvas dos últimos meses, os buracos se multiplicaram, provocando danos a veículos, mudanças em itinerários de ônibus e até mobilizações de moradores, que passaram a tapar crateras por conta própria diante da demora do poder público.

A situação também ganhou novos desdobramentos após a Operação Buraco Sem Fim, deflagrada pelo Ministério Público de Mato Grosso do Sul. A investigação apura um suposto esquema de fraude em contratos de tapa-buracos que somam R\$ 113,7 milhões entre 2018 e 2025. Segundo o MPMS, medições de serviços teriam sido manipuladas para viabilizar pagamentos por obras não executadas, causando prejuízo aos cofres públicos e contribuindo para a deterioração da malha viária.

A operação resultou na prisão do ex-secretário municipal de Infraestrutura, de servidores da Sisep e de empresários ligados à Construtora Rial, empresa investigada e que teve contratos suspensos pela Prefeitura.

Na tentativa de evitar a interrupção dos serviços, a prefeita Adriane Lopes anunciou nesta semana que cinco equipes foram redistribuídas para atender todas as regiões da cidade, enquanto uma nova licitação é preparada e o Consórcio Central MS é acionado para reforçar a operação tapa-buracos.

Agora, além da cobrança da população, a administração também terá de convencer o Tribunal de Contas de que possui um plano para impedir que a crise na manutenção das vias se agrave.

